

Sarney admite adiamento de convenção partidária

O presidente nacional da Arena, senador José Sarney, admitiu ontem que as convenções partidárias em todos os níveis - municipais, estaduais e nacional - serão adiadas, embora reiterasse seu pensamento de que os atuais mandatos dos dirigentes não sofrerão qualquer tipo de prorrogação.

O dirigente arenista enfatizou que os primeiros resultados das consultas que estão sendo formuladas pela Secretaria Geral da agremiação, quanto ao adiamento das eleições municipais, apresentam indícios de que pelo menos 80% das bases partidárias estão totalmente favoráveis à transferência do pleito para 1982 e, assim sendo a conseqüente prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores por mais dois anos.

CONVENÇÕES

Embora o presidente nacional da Arena tenha ressaltado que "não se cogita em prorrogar os mandatos dos atuais dirigentes partidários, mas simplesmente promover um adiamento das convenções por 60 dias", qualquer alteração no calendário previsto para a renovação dos diretórios municipais, estaduais e nacional, promoverá inevitavelmente a prorrogação dos respectivos mandatos.

A idéia de transferir as convenções partidárias para o período de recesso parlamentar mais longo - janeiro, fevereiro e março - vem sendo incentivada pelo próprio Governo que, paralelamente, está elaborando nova legislação orgânica para os partidos políticos, onde pretende facilitar a constituição de novas agremiações e, com alguns dispositivos, fazer a autodissolução da Arena e do MDB.

Nesse sentido, o senador José Sarney entende que não haverá possibilidades das atuais agremiações políticas desaparecerem, embora admita que estas deverão realizar adaptações à nova realidade brasileira, inclusive mudando de nome. Sarney discorda da hipótese levantada pelo presidente do Senado, Luis Viana, segundo a qual o novo projeto da Lei Orgânica dos Partidos Políticos viria acompanhada de uma nova emenda constitucional, modificando os dispositivos referentes à criação de partidos e dotando-os ainda mais de facilidades para que surjam outras agremiações. Limitou-se a informar que o assunto está posto a nível da decisão do Ministro Petrônio Portella, coordenador político do Governo, e que o projeto deverá ser enviado ao Congresso o mais rápido possível.

Sobre o adiamento das eleições municipais, o presidente nacional da Arena mostrou que as pesquisas que estão sendo realizadas pela Secretaria-Geral do partido demonstram uma posição favorável de 80 por cento das bases eleitorais. Desta maneira, os mandatos dos atuais prefeitos e vereadores deverão ser prorrogados por dois anos, promovendo-se a coincidência de eleições em 1982.

Quanto à proposta do deputado Djalma Maranhão, endossada pela Oposição, de se realizar uma reforma constitucional da Carta de 1967, o dirigente arenista enfatizou que "ela continua vigindo, com as alterações da emenda número 1". Mas depois que lhe foi esclarecido que as intenções dos políticos repousam no fato de ser revogada a emenda número 1, outorgada pela Junta Militar, observou que "foi, na realidade, um instrumento constitucional bom, mas hoje precisa de modificações".